

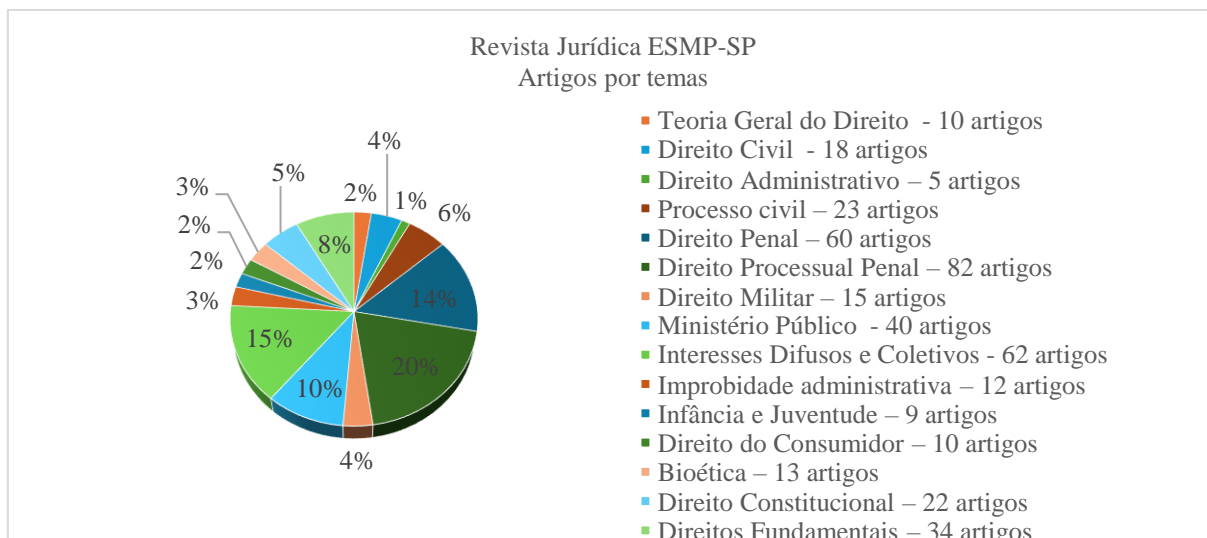
EDITORIAL

Com alegria, apresentamos o novo número de nossa revista, buscando sempre conciliar a qualidade do periódico, com variação temática e relevância de assuntos, aliadas ao talento comprometido dos valiosos autores que nos enviaram suas colaborações. Aliás, diversificada é a temática dos artigos reunidos nesta nova edição, avaliados de forma criteriosa e isenta, para garantir a qualidade e a excelência de nossa Revista.

O arco temático percorre um interessante trajeto, combinando reflexões clássicas de nossa instituição com inovações da mais alta relevância jurídico-social, sem perder de vista as raízes com os institutos tradicionais do nosso direito, nos âmbitos material e processual.

Nesse contexto, não pode ser desprezado o registro do pensamento meta-institucional pela circulação de periódicos próprios com a participação de renomados juristas, a partir da submissão de artigos pelo sistema de *double blind peer review*, elevando o nível das publicações, de forma democrática e equânime. O sistema de parecer às cegas permite não só um controle qualitativo permeado pela impessoalidade, mas sobretudo a possibilidade de interconexão entre o pensamento de diversos Ministérios Públicos e, até mesmo, de Universidades Nacionais e Internacionais.

Aliás, a partir da análise dos arquivos disponíveis produzidos pelas revistas jurídicas das Escolas Superiores, é possível inferir a tendência das temáticas abordadas, quais os tipos de pensamento e intelectualidade prestigiados pela instituição. A título de exemplificação, segue o quadro abaixo, coletado a partir dos temas abordados pela Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, desde sua gênese (o levantamento não contempla o presente número).



Dados coletados junto ao Setor Técnico da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

A análise de tal quadro, a despeito de ilustrativa, demonstra a amplitude dos temas abordados, sem perder de vista os assuntos de maior relevância ao interesse público-institucional, bem como a larga possibilidade de colaboração das temáticas mais relevantes do multifacetado universo da justiça.

No presente número, foram abordados temas de direito ambiental (1), infância e juventude (1), direito processual penal (04), direito penal (03), interesses difusos e coletivos (2), direito administrativo (1) e direito comparado (1).

Por fim, deve ser destacado que a Revista manteve sua vocação de exogenia, na medida em que recebeu colaborações internacional (Universidad de Santiago de Compostela) e interestaduais (Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul).

Com esse destacado acervo temático, de conteúdo variado, produzido por valorosos pesquisadores, entendemos que o atual número da revista possibilitará uma leitura fluida e agradável sobre as mais diversas questões atuais de interesse jurídico e humanístico, sem comprometimento da devida profundidade acadêmica.

Esperamos que desfrutem da leitura e que nos prestigiem com o maior número de consulta e de possíveis citações para manter nossa revista no alto patamar em que se encontra.

Afinal de contas, um Ministério Público forte precisa de uma jurídica forte; uma revista jurídica forte torna o Ministério Público ainda mais forte.

Contamos com a leitura de todos!

São Paulo, dezembro de 2025.

Editora responsável

Tatiana Viggiani Bicudo

Coordenador Editorial

André Pascoal da Silva